

119

**HABITAÇÃO E ESPAÇO URBANO EM CONJUNTOS HABITACIONAIS EM PORTO ALEGRE: ORDEM E ESTRUTURA, PROJETO E USO.** Pablo Lüthers Graça, Décio Rigatti (Departamento de Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, UFRGS).

A implantação de conjuntos residenciais em praticamente todo o país, e em Porto Alegre em particular, tem sido acompanhada por um processo de intervenção da população sobre o espaço recebido, seja no âmbito do espaço individual das unidades residenciais, seja no âmbito do espaço urbano. Este processo de intervenção tem sido fruto da incapacidade do desenho da habitação de massa no Brasil, via de regra reproduzindo soluções-padrão, em atender de forma mais dinâmica aos requerimentos sócio-espaciais peculiares da população a que atende. O objetivo deste trabalho é examinar as relações existentes entre o espaço projetado e as alterações produzidas pela população, tanto em termos de moradia como do espaço urbano, no conjunto habitacional Jardim Leopoldina (situado na zona leste de Porto Alegre), procurando entender as estruturas subjacentes a essas alterações e que permitam extrair lições para o desenho desses conjuntos. A pesquisa está fundamentada em uma série de levantamentos realizados no conjunto. Até o momento já foram realizados todos os levantamentos relacionados ao espaço urbano (mapa de barreiras e permeabilidades, mapa de uso do solo, levantamento do movimento de pessoas). A partir dos resultados obtidos após o processamento desses dados verificou-se: no Jardim Leopoldina, que foi projetado com a opção morfológica de um partido centrado no edifício isolado no interior de áreas abertas de uso público mas, simultaneamente, organizando-os como quarteirões tradicionais, fez com que o processo de privatização de espaços públicos, reforçasse a idéia do quarteirão, de uso dos moradores dos apartamentos, ao mesmo tempo em que, pela menor disponibilidade de áreas livres de edificação de uso público, praticamente inexistem áreas invadidas. No projeto do conjunto, a área de uso público era de 39% da área total, e a privativa de 61%, após as transformações, 32% contra 68% (CNPq-PIBIC/UFRGS).